



UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM
CURSO DE LETRAS COM HABILITAÇÃO PORTUGUÊS/INGLÊS

THAISMILA FERREIRA COLINA

**ANÁLISE ENUNCIATIVA DA CATEGORIA DE PESSOA NA
CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS PARA REI/REX, NO DIÁLOGO ENTRE
PILATOS E JESUS, NA CENA DO JULGAMENTO DE CRISTO,
EVANGELHO DE JOÃO**

JARDIM - MS

2016

THAISMILA FERREIRA COLINA

**ANÁLISE ENUNCIATIVA DA CATEGORIA DE PESSOA NA
CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS PARA REI/REX, NO DIÁLOGO
ENTRE PILATOS E JESUS, NA CENA DO JULGAMENTO DE
CRISTO, EVANGELHO DE JOÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação de Curso de Letras Português/Inglês da
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade
Universitária de Jardim – MS como pré – requisito para
obtenção de Grau de Licenciatura em Letras
Português/Inglês, sob orientação da Prof.^a Dra. Adélia
Maria Evangelista Azevedo.

JARDIM / MS

2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UEMS – Jardim

FERREIRA, T.

Análise enunciativa da categoria de pessoa na construção de sentidos para rei/*rex*, no diálogo entre Pilatos e Jesus, na cena do julgamento de Cristo, Evangelho de João (2016) / Thaismila Ferreira Colina – UEMS/Jardim [s.n], 2016. 38 f.

Bibliografia

Monografia de Graduação-Curso de Habilitação LETRAS- Habilitação Português/ Inglês - Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

1. Pilatos 2. Jesus 3. Enunciação.

É concedida à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul a permissão para publicação e reprodução de cópia(s) deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) somente para propósitos acadêmicos e científicos, resguardando-se a autoria do trabalho.

Thaismila Ferreira Colina

TERMO DE APROVAÇÃO

THAISMILA FERREIRA COLINA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL

CURSO HABILITAÇÃO LETRAS

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ANÁLISE ENUNCIATIVA DA CATEGORIA DE PESSOA NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS PARA REI/REX, NO DIÁLOGO ENTRE PILATOS E JESUS, NA CENA DO JULGAMENTO DE CRISTO, EVANGELHO DE JOÃO

APROVADO EM: _____/_____/_____

Orientadora: Professora Dr.^a Adélia Maria Evangelista Azevedo

UEMS/Jardim

Prof^o Dr. Neurivaldo Campos Pedroso Junior

UEMS/Jardim

Prof^a Dr.^a Silvana Silva

UFRGS

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a meu filho Pedro Lucas Ferreira Mendes, meu bem mais precioso e ao meu esposo Diego Almada Mendes, amor da minha vida. Aos meus saudosos tios Honeide de Oliveira Ferreira (*in memoriam*) e Janes de Oliveira Ferreira (*in memoriam*) que torceram por mim, partiram antes de ver a minha vitória, mas sempre estarão presentes em meu coração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, Senhor de todas as coisas, ao Seu Filho Jesus Cristo, autor e consumidor da minha fé e ao Espírito Santo, o Consolador, por não desistirem de mim e por me fortalecerem nos momentos mais difíceis dessa jornada, proporcionando-me a benção de chegar ao fim desse curso.

Agradeço ao meu filho, Pedro Lucas Ferreira Mendes, por ser tão amável e compreensivo comigo durante esses quatro anos de duração do curso de Letras nos quais foi privado de minha presença nos meus momentos de estudo.

Agradeço ao meu marido, Diego Almada Mendes, por seu amor, respeito e apoio, por sua confiança e por acreditar em mim, muitas vezes mais do que eu mesma.

Agradeço aos membros de minha família, em especial aos meus pais, Aparecida Belonir Ferreira Albuquerque e Lourimar Vilarinho Albuquerque, meus irmãos, Bárbara Ferreira Colina e André Lucas Ferreira Albuquerque, meus avós, Atanázio Machado Ferreira e Bebiana Oliveira Ferreira e meus tios Nadir, Neidir, Odelar e Osmar com suas respectivas famílias, por me fornecerem os princípios de fé e esperança que regem minha vida e possibilitam minhas conquistas.

Agradeço aos meus sogros José Carlos Barbosa Mendes e Regina Almada, pelo carinho, acolhida e cooperação. Saibam que essa conquista não seria possível sem o apoio de vocês.

Agradeço aos docentes do curso de Letras Português/Inglês da UEMS – Unidade Jardim pela compreensão e por todos os inúmeros conhecimentos compartilhados ao longo dessa trajetória, e, em especial, a professora Dr.^a Adélia Maria Evangelista Azevedo que me orientou neste trabalho e ensinou-me, com sua experiência de vida, postura ética e dedicação aos estudos, como deve ser uma profissional da área de Letras.

Agradeço ao Dr. Neurivaldo Campos Pedroso Júnior que, além de ser, para mim, referência pessoal e profissional, contribuiu com o meu Trabalho de Conclusão de Curso quando atuou como arguidor na apresentação do projeto Avaliação das Monografias em Andamento - AMA, sugerindo a temática sobre “Tradução” que foi importantíssima para alcançar os objetivos almejados.

Agradeço à Gerência da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – Unidade Jardim, na pessoa da professora Dr.^a Sandra Cristina de Souza, ao corpo administrativo da

Unidade por proporcionarem-me um ambiente agradável, onde pude usufruir de uma estrutura de qualidade para realizar meus estudos.

E por fim agradeço aos meus amigos sinceros, presentes de Deus em minha vida, que no decorrer destes quatro anos me apoiaram e torceram pela minha vitória. Essa conquista não é apenas minha, é de cada um de vocês. Obrigada.

Que o cristianismo seja uma religião histórica, que os mistérios dos quais fala sejam também – e, sobretudo – fatos históricos, é óbvio. Se é verdade que a encarnação de Cristo é ‘um evento histórico de infinita, inapropriável, inocupável unicidade’, então, o processo de Jesus é um dos momentos-chave da história da humanidade, no qual a eternidade atravessou a história num ponto decisivo. (AGAMBEN, 2014, p. 22)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso efetiva a análise enunciativa do texto bíblico de João 18. 29-40 e 19. 1-22, cena que retrata o “julgamento” de Cristo, centrando-se na categoria de pessoa *eu/tu* para evidenciar as marcas subjetivas na construção do significado de *rei/rex* no diálogo entre Pilatos e Jesus. Por tratar-se de um texto bastante conhecido no meio cristão, a análise permite uma releitura, uma visão científica, puramente enunciativa, desprovida de visões religiosas. Para tanto, baseamo-nos nos direcionamentos de Benveniste (1989; 1995), na área da Linguística da Enunciação, que aborda a relação de alternância de pessoas presente no diálogo, Agamben (2014), na área da Filosofia, para direcionamento da análise e, na teoria a respeito da escolha da tradução, Derrida (2002), Ricoeur (2011) e Arrojo (1993), para auxiliar-nos na escolha da tradução bíblica e na compreensão do conceito de *rei/rex* que adquire uma nova significação na fala de cada uma das partes integrantes do diálogo.

PALAVRAS CHAVE: 1. Pilatos 2. Jesus 3. Enunciação

ABSTRACT

This Graduation Work effective the analysis of the biblical text of John 18. 29-40 and 19. 1-22 scene that depicts the "trial" of Christ, focusing on the category of person I / you to show the subjective brands in the construction of the king/rex meaning in the dialogue between Pilate and Jesus. Because it is a well-known text in the Christian, the analysis allows a rereading, a scientific view, purely expository, devoid of religious views. For this, we rely on the directions of Benveniste (1989, 1995) in the field of Linguistics of Enunciation, which addresses the switching ratio of people present in the dialogue, Agamben (2014) in the field of philosophy, for targeting the analysis and in theory regarding the translation of choice, Derrida (2002), Ricoeur (2011) and Arrojo (1993), to assist us in the Bible translation choice and understanding of the concept of king / rex acquires a new meaning in speech of each of the components of the dialog.

KEY WORDS: 1. Pilate 2. Jesus 3. Enunciation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - Escolha do corpus e as leituras na área da Tradução, da Filosofia e da Linguística da Enunciação.....	14
1.1 – O <i>corpus</i> e a difícil seleção a partir da tradução.....	14
1.2 – A visão filosófica do <i>corpus</i> de pesquisa	19
1.3 - A visão do <i>corpus</i> de pesquisa para a Linguística da Enunciação	23
1.3.1. – Reflexões enunciativas a respeito das categorias de pessoa <i>eu/tu</i> e das marcas de subjetividade.....	23
1.4 – A construção dos sentidos a partir dos usos das línguas e os processos de interlocução	26
CAPÍTULO II.....	30
A instauração dos sujeitos no discurso e a construção de sentidos para <i>rei/rex</i> no diálogo entre Pilatos e Jesus	30
2.1 – O recorte escolhido para análise:.....	30
2.2 - A instauração do “eu” e do “tu”: a instauração dos lugares enunciativos no discurso entre Pilatos e Jesus.	31
2.3 - O valor de “rex” na interlocução dos sujeitos e a construção dos sentidos	34
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38

INTRODUÇÃO

[...] o processo de Jesus é um dos momentos-chave da história da humanidade, no qual a eternidade atravessou a história num ponto decisivo. (AGAMBEN, 2014, p.22)

[...] a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apoia, primeiro, sobre a reflexão de línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem. (BENVENISTE, 1995)

O presente Trabalho de Conclusão de Curso – TCC aproxima leituras teóricas da Linguística da Enunciação, à luz das discussões de Émile Benveniste, à Filosofia proposta por Agamben (2014) e de estudos Teológicos proporcionando releituras da passagem bíblica encontrada no Novo Testamento (NT), de modo particular no livro de João, capítulos 18 e 19, que envolve a cena do “juízo” de Jesus por Pilatos, com vistas à análise enunciativa da categoria de pessoa e a construção de sentidos para *rei/rer* no diálogo entre as duas figuras centrais do julgamento.

Os objetivos específicos visam analisar as marcas enunciativas encontradas nas enunciações da cena do “juízo” de Cristo, identificar os conceitos de categoria de pessoa, tempo e espaço na enunciação, reconhecer as marcas subjetivas deixadas no texto e analisar os conceitos de “*rei/rer*” instaurados pelos sujeitos em lugares enunciativos distintos.

Para preservar a objetividade do trabalho, torna-se imprescindível estabelecermos as seguintes questões norteadoras: Que sujeito emerge na enunciação escrita no diálogo entre Pilatos e Jesus? Quais as marcas subjetivas encontradas no discurso? Quais os conceitos da palavra “rei” a partir de lugares enunciativos instaurados pelos sujeitos no discurso?

O interesse do tema e os questionamentos nasceram da nossa afinidade particular com textos bíblicos devido a cursar, no ano de 2014, o curso de Teologia na Universidade da Grande Dourados - UNIGRAN e desse curso surgiu a paixão e o desejo de conhecer mais sobre os assuntos concertes aos estudos teológicos. Outro fato determinante ocorreu durante as aulas de Língua Portuguesa III, da participação no Projeto de Ensino “Leituras e discussões dos Fundamentos Linguísticos da Teoria da Enunciação: uma experiência de leitura dos princípios enunciativos” oferecidos pela prof^a Dr^a Adélia Maria E. Azevedo, no ano de 2015, as relações entre a disciplina, projetos e as leituras realizadas na formação acadêmica

auxiliaram na definição do ponto de vista sobre a questão de uso da linguagem em textos bíblicos.

O nosso encantamento pelos textos bíblicos, não é só nosso, visto que tais opções também têm sido amplamente tomadas em diferentes campos das ciências. É desafiador lançarmos sobre a passagem do “juízo” de Cristo um olhar teórico e crítico, desprovido de poluições religiosas e analisarmos o texto, puramente, pelo que ele próprio tem a nos dizer.

Especialmente o texto de João 18 e 19 merece essa atenção devido a sua importância histórica, pois de acordo com o filósofo Agamben:

Se é verdade a encarnação de Cristo é um evento histórico de infinita, inapropriável, inocuável unicidade, então, o processo de Jesus é um dos momentos-chave da história da humanidade, no qual a eternidade atravessou a história num ponto decisivo. (AGAMBEN, 2014, p.22)

Não seria possível que a passagem bíblica do julgamento de Cristo passasse despercebida aos olhos dos estudos enunciativos, uma vez que a Bíblia tem sido amplamente estudada no meio acadêmico atualmente em todas as áreas de pesquisa.

Esclarecermos ao leitor algumas fases de apropriação teórica, uma vez que o TCC foi conduzido por fases que se complementam. A primeira foi de escolha do *corpus de pesquisa*, a partir dos direcionamentos filosóficos de Agamben (2014) e da Linguística da Enunciação em Benveniste. Numa segunda fase, realizamos leituras complementares em Jaques Derrida (2002), Paul Ricoeur (2011) e Rosemary Arrojo (1993) por conta da natureza do *corpus* e a escolha da tradução. Numa terceira fase, delimitamos a leitura em dois capítulos da obra, Problemas de Linguística Geral, tomo I, “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na linguagem”. A seleção de dois capítulos do PLG de Benveniste não foram assim neutras, elas foram motivadas pela nossa iniciação à teoria e a complexidade em dominar as discussões de ordem enunciativa. Para ilustramos um pouco do desafio, recortamos uma citação do linguista sírio, naturalizado francês, no *Prefácio* da obra, PLG, tomo I:

[...] a reflexão sobre a linguagem só produz frutos quando se apóia, primeiro, sobre a reflexão de línguas reais. O estudo desses organismos empíricos, históricos, que são as línguas permanece o único acesso possível à compreensão dos mecanismos gerais e do funcionamento da linguagem. (BENVENISTE, 1995)

A afirmação acima contextualiza o nosso interesse por questões de linguagem centradas no uso de *línguas reais* a partir de mecanismos enunciativos e dos percursos históricos dos sentidos. Há nas marcas de subjetividade instauradas pelo *eu* quando das relações interlocutivas com o *tu* no uso da palavra. Tarefa difícil recuperar os percursos

históricos de sentidos que são revividos pelos sujeitos no discurso, no entanto, encaramos o desafio.

Para os procedimentos teórico-metodológicos de análise do *corpus* detectamos a necessidade de incluirmos reflexões etimológicas para o sentido da palavra “rei” compreendido no ato enunciativo entre os sujeitos distintos no discurso no estudo das línguas. Diante desse fato de uso da linguagem, optamos pelo estudo de “Rex”, “Xsay - e a realeza iraniana” e “A realeza helênica” do livro *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1995) de Émile Benveniste. O embate entre sentidos e as compreensões para a palavra “rei” apontam para as marcas de subjetividade construídas em cada ato enunciativo dos sujeitos.

Assim, no primeiro Capítulo, **A escolha do *Corpus* e as Trilhas de Leitura na Tradução, na Filosofia e na Linguística da Enunciação**, o leitor encontra três seções: a primeira, “O *corpus* e a difícil opção pela tradução” que traz reflexões a respeito do trecho bíblico do Evangelho de João, a nossa opção pela tradução bíblica *Nova Tradução na Linguagem de Hoje*. A segunda, “A visão filosófica do *corpus* de pesquisa”, tece uma síntese sobre os direcionamentos do filósofo Agamben (2014) e a terceira, “A visão do *corpus* de pesquisa na Linguística da Enunciação”, que nos fornece o aparato teórico para a análise enunciativa do *corpus* de análise.

No segundo Capítulo, intitulado, **A instauração dos sujeitos no discurso e a construção de sentidos para rei/rex no diálogo entre Pilatos e Jesus**, delimita o recorte de análise e realiza as discussões enunciativas a partir do diálogo e dos lugares constituídos pelos sujeitos na construção dos sentidos para o rei/rex.

E nas **Considerações Finais** abordamos os resultados alcançados a partir das análises e de contribuições da Linguística da Enunciação para os estudos teológicos, filosóficos e de outras áreas.

CAPÍTULO I

Escolha do corpus e as leituras na área da Tradução, da Filosofia e da Linguística da Enunciação

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que *eu* me torne um *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. (BENVENISTE, 1995, p. 286)

Neste Capítulo dedicamo-nos a tecer reflexões a respeito dos percursos e escolhas teóricas na área de tradução e de diálogos com a linguística. Para isso, apresentamos o item 1 deste Capítulo que consistirá nos direcionamentos para a escolha da tradução bíblica a ser utilizada, visto a necessidade em esclarecer sobre o assunto e no fato de que toda escolha não é aleatória.

1.1 – O *corpus* e a difícil seleção a partir da tradução

A escolha do *corpus* é complexa dada a natureza da originalidade e a tradução em inúmeras línguas. A seleção desta tradução para análise foi uma das maiores dificuldades para o estudo do texto selecionado. A justificativa está no fato de que o NT foi escrito no Grego Koiné e, a partir desse texto original, foi traduzido para o Latim por São Jerônimo, resultando na chamada *Vulgata Latina*, versão mais importante da Bíblia e até hoje ainda utilizada como base para novas traduções. Posteriormente, a Bíblia foi traduzida diversas vezes para muitas línguas, dentre elas a língua portuguesa.

A passagem do Evangelho de João, capítulos 18. 29-40 e 19. 1-22, foi selecionada para análise e encontra-se na Bíblia Sagrada, livro supremo do Cristianismo, que possui inúmeras traduções, dentre as mais populares, encontramos a “José Ferreira de Almeida”, “Nova Versão Internacional” (NVI), “Edição Pastoral”, “Revista e atualizada”, “Revista e corrigida”, entre outras. Essas (re)traduções estão presentes em nosso cotidiano e o dilema

vivenciado é: “Que tradução utilizar?” Para nos auxiliar a responder essa pergunta, efetuamos pesquisas de autores e textos teóricos para embasarmos a escolha.

A necessidade de traduzir toda e qualquer obra literária é incontestável, pois, devido a quantidade de línguas existentes em nosso planeta, não seria possível a comunicação entre povos sem esse mecanismo de intermediação. Atualmente, tem-se acesso a inúmeros textos internacionais graças à árdua dedicação de profissionais tradutores que dispõe de seu tempo para garantir que essa comunicação interlingual.

Paul Ricoeur (2012, p. 47) faz o seguinte questionamento: “Com o que é que trabalhamos quando falamos e dirigimos a palavra ao outro?”. Esse questionamento parte do pressuposto de que toda vez que há uma enunciação é necessário que os interlocutores se compreendam, ou seja, há uma tradução, ou seja, a tradução é extremamente necessária para a compreensão.

Para falar desse tema, Jacques Derrida (2002) evoca o mito bíblico da Torre de Babel, encontrado no Antigo Testamento, no capítulo 11 do livro de Gênesis, no qual Deus utiliza a multiplicidade de línguas para confundir os humanos soberbos e arrogantes e impedir que eles chegassem ao céu por meio da construção de uma torre. A partir do acontecimento “a tradução torna-se então necessária e impossível” (DERRIDA, 2002, p.19). A atitude de Deus, neste mito, “rompe a transparência racional, mas interrompe também a violência colonial ou o imperialismo linguístico” (DERRIDA, 2002, p.19). Quando fala em imperialismo linguístico, o filósofo refere-se à sobreposição de uma língua à outra, o que acarreta em uma língua superior às demais.

A confusão de línguas pós-babélica foi, na visão do autor, o que desuniu os seres humanos e os trouxe novamente para a subserviência a Deus e desde então, a tradução “torna-se a lei, o dever e a dívida, mas dívida que não se pode mais quitar” (DERRIDA, 2002, p. 25), uma condenação que desuniria os povos e os distinguiria por seus aspectos étnicos, culturais e linguísticos. Desse modo, uma vez que a Terra estivesse dividida entre línguas diferentes sente-se a necessidade de traduzir e, desde então, a tradução tem sido fundamental para a comunicação entre os povos, seja essa comunicação oral ou escrita.

No livro “Tradução, Desconstrução e Psicanálise”, Arrojo (1993) cita a abordagem de H. Stephen Straight, que diz: “Certamente, o mais óbvio e, provavelmente, o mais importante fato que contribui para o sucesso de uma tradução é o conhecimento do tradutor” (ARROJO, 1993, p.134). Levando em consideração o fato de alguns signos não possuírem correspondentes equivalentes em outra língua, o conhecimento do tradutor a respeito de ambas as línguas e dos costumes muito influencia na fidelidade da tradução.

Para Arrojo (1993, p.16), “traduzir é transportar, é transferir, de forma ‘protetora’, os significados que se imaginam estáveis, de um texto para outro e de uma língua para outra”, é como buscar termos equivalentes ao que se acredita que o texto base queira dizer. Dessa forma “quanto mais ‘protetor’ puder ser o trabalho do tradutor, quanto mais próximo do ‘original’ conseguir chegar, melhor será o resultado”.

Embora se busque fidelidade aos sentidos impostos pelo autor, os textos não estão indiferentes à visão de mundo do tradutor, uma vez que, como diz Arrojo (1993), a “comunidade interpretativa” “polui” a visão do original.

O que vemos num texto é exatamente o que nossa “comunidade interpretativa” nos permite ler naquilo que lemos, mesmo que tenhamos como único objetivo não nos misturarmos ao que lemos. Do mesmo modo que não podemos deixar de lado o que somos e o que pensamos quando nos relacionamos com o mundo real também não podemos ler um texto sem que projetemos nessa leitura as circunstâncias e os padrões que nos constituem enquanto leitores e membros de uma determinada comunidade. (ARROJO, 1993, p.19)

Para a referida autora “nenhuma tradução pode ser exatamente fiel ao ‘original’ porque o ‘original’ não existe como um objeto estável, guardião implacável das intenções originais de seu autor” (ARROJO, id.,ib,p.19). Essa visão é acrescida de argumentos na continuação do texto que diz:

Se apenas podemos contar com interpretações de um determinado texto, leituras produzidas pela ideologia, pela localização temporal, geográfica e política de um leitor, por sua psicologia, por suas circunstâncias, toda tradução somente poderá ser fiel a essa produção. De maneira semelhante, ao avaliarmos uma tradução, ao compararmos o texto traduzido ao “original”, estaremos apenas e tão-somente comparando a tradução à nossa interpretação do “original” que, por sua vez, jamais poderá ser exatamente a “mesma” do autor. (ARROJO, 1993, p.19 - 20)

Alegando que traduções são interpretações de interpretações, a autora afirma que a intenção do tradutor que “é norteadada por preocupações relativas a uma pretensa ‘fidelidade’ devida ao texto original” (ARROJO, 1993 p.15), é uma intenção frustrada, visto que os lugares e as situações enunciativas são distintas umas das outras. Portanto, o que chega até as mãos do leitor é uma interpretação aproximada do sentido do “original”.

Paul Ricoeur (2012) fala sobre retraduições para explicar sobre as grandes obras da nossa cultura que são continuamente em atualização, ou em diferentes versões aos longo de décadas, ou mesmo séculos, como é o caso da Bíblia e dos grandes livros de autores como Homero, Shakespeare, entre outros (RICOEUR, 2012, p.47). Partindo de um mesmo texto, escrito primariamente em uma determinada língua, deparamo-nos, hoje, com diversas versões resultantes de diferentes traduções.

No caso da Bíblia, em língua portuguesa, recentemente, surgiu a *Nova Tradução na Linguagem de Hoje*, uma que possui uma fácil e fluente leitura, com palavras mais atualizadas, possibilitando que este texto pouco lido pela dificuldade de interpretação, esteja mais presente na vida dos leitores.

Após a exposição da fundamentação teórica acerca da necessidade da tradução, apresentamos o *corpus* de pesquisa na versão selecionada, a *Nova Tradução na Linguagem de Hoje* – NTLH. Justificamos esta escolha pelo fato de a versão selecionada ser uma versão que proporciona a compreensão de todos os leitores e preserva o conteúdo da versão original, utilizando uma linguagem atual e simplificada, bastante colaborativa com a análise proposta.

(João 18. 29-40 e 19. 1-22)

“29. Então o governador Pilatos saiu, foi encontrar-se com eles e perguntou:

— Que **acusação** vocês têm contra este homem?

30. Eles responderam:

— O senhor acha que nós lhe entregaríamos este homem se ele não tivesse **cometido algum crime?**

31. Pilatos disse:

— Levem este homem e o **julguem vocês mesmos, de acordo com a lei de vocês.**

Então eles responderam:

— **Nós não temos o direito de matar ninguém.**

32. Isso aconteceu assim para que se cumprisse o que Jesus tinha dito quando falou a respeito de como ia morrer.

33. Pilatos tornou a entrar no palácio, chamou Jesus e perguntou:

— **Você é o rei dos judeus?**

34. Jesus respondeu:

— Esta pergunta é do senhor mesmo ou foram outras pessoas que lhe disseram isso a meu respeito?

35. — Por acaso eu sou judeu? — disse Pilatos. — A sua própria gente e os chefes dos sacerdotes é que **o entregaram a mim. O que foi que você fez?**

36. Jesus respondeu:

— O meu Reino não é deste mundo! Se o meu Reino fosse deste mundo, os meus seguidores lutariam para não deixar que **eu fosse entregue aos líderes judeus.** Mas o fato é que **o meu Reino não é deste mundo!**

37. — Então você é **rei?** — perguntou Pilatos.

— É o senhor que está dizendo que eu sou rei! — respondeu Jesus. — Foi para falar da verdade que eu nasci e vim ao mundo. Quem está do lado da verdade ouve a minha voz.

38. — O que é a verdade? — perguntou Pilatos.

Depois de dizer isso, Pilatos saiu outra vez para falar com a multidão e disse: — Não vejo nenhum motivo para condenar este homem. 39Mas, de acordo com o costume de vocês, eu sempre solto um prisioneiro na ocasião da Páscoa. Vocês querem que eu solte para vocês o rei dos judeus?

40. Todos começaram a gritar:

— Não, ele não! Nós queremos que solte Barrabás!

Acontece que esse Barrabás era um criminoso.

1. Aí Pilatos mandou chicotear Jesus.

2. Depois os soldados fizeram uma coroa de ramos cheios de espinhos, e a puseram na cabeça dele, e o vestiram com uma capa vermelha.

3. Chegavam perto dele e diziam:

— Viva o rei dos judeus!

E davam bofetadas nele.

4. Aí Pilatos saiu outra vez e disse para a multidão:

— Escutem! **Vou trazer o homem aqui para que vocês saibam que não encontro nenhum motivo para condená-lo!**

5. Então Jesus saiu com a coroa de espinhos na cabeça e vestido com a capa vermelha.

— Vejam! Aqui está o homem! — disse Pilatos.

6. Quando os chefes dos sacerdotes e os guardas do Templo viram Jesus, começaram a gritar:

— **Crucifica! Crucifica!**

— **Vocês que o levem e o crucifiquem! Eu não encontro nenhum motivo para condenar este homem! — repetiu Pilatos.**

7. A multidão respondeu:

— **Nós temos uma Lei, e ela diz que este homem deve morrer porque afirma que é o Filho de Deus.**

8. Quando Pilatos ouviu isso, ficou com mais medo ainda.

9. Entrou outra vez no palácio e perguntou a Jesus:

— De onde você é?

Mas Jesus não respondeu nada.

10. Então Pilatos disse:

— Você não quer falar comigo? Lembre que eu tenho **autoridade tanto para soltá-lo como para mandar crucificá-lo.**

11. Jesus respondeu:

— **O senhor só tem autoridade sobre mim porque ela lhe foi dada por Deus. Por isso aquele que me entregou ao senhor é culpado de um pecado maior.**

12. Depois disso Pilatos quis soltar Jesus. Mas a multidão gritou:

— **Se o senhor soltar esse homem, não é amigo do Imperador! Pois quem diz que é rei é inimigo do Imperador!**

13. Quando Pilatos ouviu isso, trouxe Jesus para fora e sentou-se no tribunal, no lugar chamado “Calçada de Pedra”. (Em hebraico o nome desse lugar é “Gabatá”.) 14 Era quase meio-dia da véspera da Páscoa.

Pilatos disse para a multidão:

— Aqui está o rei de vocês!

15. Mas eles gritaram:

— Mata! Mata! Crucifica!

Então Pilatos perguntou:

— **Querem que eu crucifique o rei de vocês?**

Mas os chefes dos sacerdotes responderam:

— **O nosso único rei é o Imperador!**

16. Então Pilatos entregou Jesus aos soldados para ser crucificado, e eles o levaram.

A crucificação de Jesus

17. Jesus saiu carregando ele mesmo a cruz para o lugar chamado Calvário. (Em hebraico o nome desse lugar é “Gólgota”.)

18. Ali os soldados pregaram Jesus na cruz. E crucificaram também outros dois homens, um de cada lado dele. 19-20 Pilatos mandou escrever um letreiro e colocá-lo na parte de cima da cruz. Nesse letreiro estava escrito em hebraico, latim e grego: “Jesus de Nazaré, Rei dos Judeus”. Muitas pessoas leram o letreiro porque o lugar em que Jesus foi crucificado ficava perto da cidade.

21. Então os chefes dos sacerdotes disseram a Pilatos:
 — Não escreva: “Rei dos Judeus”; escreva: “Este homem disse: Eu sou o Rei dos Judeus”.
22. — O que escrevi escrevi! — respondeu Pilatos.”

A partir do *corpus* de pesquisa, elegemos outros percursos de leitura. Encontramos o caminho filosófico de Agamben importantes para as discussões dada à complexidade das análises e porque o estudioso estabelece relações de proximidade com a ideias de Benveniste quando explora o conceito de julgamento e demais ações relacionadas à passagem do Evangelho de João.

1.2 – A visão filosófica do *corpus* de pesquisa

Para compreendermos a respeito do processo de leitura do *corpus* de pesquisa, o filósofo italiano, Agamben (2014, p. 13) realiza uma análise filosófica da *persona* de Pilatos e justifica o seu interesse no mesmo por intermédio das palavras de “Lavanter”, “Eu encontro tudo nele: céu, terra e inferno, virtude, vício, sabedoria, loucura, destino, liberdade: ele é símbolo de tudo em tudo”, são essas as características extremamente humanas que o tornam alvo das pesquisas do estudioso.

O autor descreve Pilatos como, possivelmente, aquele seria:

[...] o único verdadeiro ‘personagem’ dos Evangelhos (Nietzsche o definiu no *Anticristo* “a única figura – *Figur* – do Novo Testamento que merece respeito”), um homem de quem conhecemos as paixões (“maravilhava-se muito”, *Mt. 27,14; Mc 15*; “tem muito medo”, *Jo. 19,8*), o ressentimento e a obscuridade (como quando grita a Jesus que não lhe responde: “Ah, não falar comigo [...]? Não sabes que posso te libertar ou te crucificar?”), a ironia (pelo menos, segundo alguns, na famigerada réplica a Jesus: “O que é a verdade?”), o escrúpulo hipócrita (de que dão testemunho tanto o questionamento de competência frente a Herodes quanto a lavagem ritual das mãos, com a qual crê purificar-se do sangue do justo condenado), a ira (o peremptório “o que escrevi, escrevi” dirigido aos sacerdotes que lhe pedem para mudar a inscrição sobre a cruz). (AGAMBEN, 2014, p. 23-24)

Por meio das características humanas, Pilatos revela-se essa “personagem” com a qual o leitor pode se identificar, dentre tantos outros que, nas Escrituras Sagradas, são anunciados como inatingíveis. O filósofo, logo no início do livro, retrata a importância dessa figura pagã, citada nos escritos bíblicos, para a confirmação dos relatos sobre Jesus e ressalta a inserção de seu nome em uma das orações mais populares do cristianismo “o ‘credo’ no qual os cristãos resumem sua fé” (AGAMBEN, 2014, p.21). E é essa inserção que, segundo o autor, teve como finalidade fixar, também cronologicamente, o caráter histórico da paixão de Jesus”

(AGAMBEN, 2014, p.21), visto ser Pilatos um personagem histórico, indubitavelmente, verídico.

O estudioso prossegue, falando sobre a veracidade dos Evangelhos, uma vez que eles contém uma preocupação, por parte dos autores, de referenciar as fontes utilizadas para narrar os acontecimentos concernentes a vida de Jesus. Os livros de Mateus, Marcos e Lucas trazem um épico às narrativas (AGAMBEN, 2014, p. 32), ou seja, podem ser reais ou acrescidos de ideias com fins teológicos. O filósofo italiano afirma que, independente da origem e do resultado dos relatos, eles tiveram motivações em comum:

Fornecer uma documentação do processo e, ao mesmo tempo, para dar conta do comportamento de Pilatos. Elas explicam tanto as motivações que fazem com que o prefeito da Judeia procure de todas as formas, evitar a condenação de Jesus (ele sabia, como se deduz da carta a Tibério, que Jesus não somente era inocente, mas operava milagres como um deus) quanto sua repentina rendição frente aos hebreus (era, na realidade, invejoso e covarde). (AGAMBEN, 2014, p. 32).

O momento histórico que retrata o julgamento aconteceu, não há dúvidas sobre isso, porém, o filósofo ainda precisa entender “por que aquele que não julga deve ser submetido ao julgamento de um juiz, o Reino eterno deve ser “entregue” ao julgamento de um reino terreno?” (AGAMBEN, 2014, p. 56). Para justificar a necessidade de um julgamento, Agamben evoca citações de Dante, sobre as quais ele diz que, para transpor o erro de Adão e “para que a humanidade fosse resgatada do pecado, era necessário que Cristo fosse submetido ao julgamento e punido por um juiz que tivesse a jurisdição legítima sobre todo o gênero humano” (AGAMBEN, 2014, p. 57), assim sendo, para Dante, “Jesus tinha sido obrigado a submeter-se ao julgamento de Pilatos” (AGAMBEN, 2014, p. 58).

Nas Glosas, Agamben afirma que, apesar de “o cruzamento entre o temporal e o eterno ter assumido a forma de um processo”, o mesmo “não se conclui com um julgamento” (AGAMBEN, 2014, p. 65), pois mesmo Jesus aceitando “submeter-se ao julgamento de um juiz”, para cumprir as profecias, “Pilatos recusa-se a julgá-lo” (AGAMBEN, 2014, p. 65). Após seis horas de debate, “se é que se tratou de um debate”, Pilatos, o juiz, simplesmente “entregou” Jesus ao sinédrio e aos carrascos, sem proferir sentença alguma. (AGAMBEN, 2014, p. 65)

O termo “entrega” (*paredoken*), foi entendido por Karl Barth como um termo que “tem realmente um significado teológico” (AGAMBEN, 2014, p. 46), pois na Bíblia ele é recorrente. Agamben (2014, p. 46) diz que:

A “tradição” terrena de Jesus entra em choque, pontualmente, com uma tradição celeste precedente, que Paulo enuncia nestes termos: “Deus não poupou o próprio filho, mas o entregou (*paradoken*) por nós” (Rm. 8,32).

Jesus tem consciência dessa tradição, que ele evoca explicitamente: “o filho do homem serpa entregue (*paradidotai*) nas mãos dos homens e o matarão” (Mc. 9,31); “Deus amou o mundo e deu (*edoken*) seu Filho unigênito, para que não pereça quem nele crê” (Jo. 3,16) (AGAMBEN, 2014, p. 46)

Partindo desse pressuposto, constata-se que os atos de “entrega” de Judas, posteriormente, o dos hebreus e, por fim, de Pilatos, constituem “uma execução da entrega divina” (AGAMBEN, 2014, p. 46), e Jesus aceita isso com toda a submissão. Esse drama culmina em mais uma entrega, no “momento em que Jesus entrega o espírito (*paradoken to pneuma*)” (AGAMBEN, 2014, p. 47).

O filósofo diz, sobre o ato de aceitação de Jesus em relação ao julgamento:

O representante do reino terreno é competente para julgar o “reino que não é daqui”, e Jesus – importa não esquecer – reconhece-lhe essa competência, que lhe vem do alto. Que isso aconteça, como acreditava Pascal, para aumentar o tamanho da ignomínia (“Jesus Cristo não quis ser morto sem as formas da justiça, porque muito mais ignominioso morrer por justiça do que por sedição injusta” – Pascal, 1972, p.695) ou por qualquer razão, o que é certo é que ele não quis subtrair-se ao julgamento (AGAMBEN, 2014, p. 50).

Independente do motivo seja por submissão a Deus, para não se contradizer, ou para não aumentar sua ignomínia, o fato é que Jesus, em nenhum momento, hesita perante Pilatos sobre a questão do julgamento. Jesus submete-se ao julgamento terreno, sob o poder do representante de Roma, evidenciando assim, segundo Agamben, uma tese teológico-política descrita por Dante, “que deve legitimar o Império perante a Igreja” (AGAMBEN, 2014, p. 58).

Assim, enquanto Cristo aceita o julgamento, Pilatos enfrenta uma luta interior na análise filosófica:

No seu confronto com o Eterno, só pode contar com a natureza humana. É homem e basta, Não tem, como Cristo, duas vontades, graças às quais pode dizer “afasta de mim este cálice” e, também, “não como eu quero, mas como tu queres” (Mt. 26,39); ele tem uma só com a qual busca, à sua maneira, a justiça e a verdade. (AGAMBEN, 2014, p. 59)

Conforme descreve Agamben (2014, p. 23), as tergiversações*, mudanças de opiniões e hesitações de Pilatos afirmam a humanidade e a incapacidade de proferir um veredicto final no caso específico de Jesus. Isso acarreta em uma veemente contestação ao direito, uma vez que “se é verdade que o direito é, em última instância, processo, e este, em essência, julgamento” (AGAMBEN, 2014, p. 69), percebe-se, na passagem do Evangelho de João 18 e 19, que “aquele que foi mandado ao mundo não para julgá-lo mas para salvá-lo”

* Respostas evasivas.

(AGAMBEN, 2014, p. 69), a saber, Jesus o Cristo, réu, está sendo submetido a “um processo sem julgamento” (AGAMBEN, 2014, p. 69).

Agamben (2014, p. 22) retrata o confronto de dois reinos inconciliáveis, o reino temporal e o Reino eterno. Para o filósofo, era necessário que o julgamento do Messias acontecesse e que fosse realizado perante Pilatos e, segundo ele, precisamos compreender como e por que esse cruzamento assume, justamente, a forma de um juízo processual, ou seja, uma *krisis*.

O filósofo afirma que, mesmo tratando-se de uma *krisis*, no que tange ao direito, “Jesus de Nazaré não foi condenado, mas morto: seu sacrifício não foi uma injustiça, foi um homicídio” (AGAMBEN, 2014, p. 52). Essa afirmação inicia-se com o fato de Jesus não ser romano, portanto, a ele não se aplicavam os direitos romanos.

Outro fato que acaba invalidando o processo de julgamento de Cristo é o fato que Agamben afirma que, segundo Pietro De Francisci, pode-se “excluir que houve um processo correto contra Jesus” (AGAMBEN, 2014, p. 52). Existiam normas que proibiam o magistrado de se deixar influenciar pela *vores populus*, pedidos da população, e normas que o obrigavam a punir os que organizavam sedições, tais como os membros do sinédrio, conforme as evidências.

Sendo assim, Pilatos havia:

Transecuro as normas do direito, que era seu dever aplicar; tinha abdicado da própria autoridade não reprimindo o tumulto faccioso; e tinha virado as costas à justiça, abandonando um homem que acreditava inocente, diante da preordenada vingança de seus inimigos declarados. (AGAMBEN, 2014, p. 52)

As muitas contradições e ambigüidades no julgamento de Jesus, tais como, a ausência das formalidades oficiais, a ausência da acareação, a falta de investigação acerca dos fatos e, acima de tudo, a ausência da condenação, levam-nos novamente ao ponto de que “dois julgamentos e dois reinos estão frente a frente sem conseguirem chegar a uma conclusão” (AGAMBEN, 2014, p. 55). De um lado, o Rei de um reino que não é deste mundo e que aceita ser julgado e, de outro, o juiz, investido de todos os poderes legais para tal e que se recusa a proferir um veredicto e apenas “entrega” o réu para que executem com ele a *vox populus*.

Após as considerações da análise filosófica de *corpus* de pesquisa por Agamben, passamos ao nosso percurso de análise sob a perspectiva de Émile Benveniste (1995; 1989), sob outro recorte, no entanto, com diálogos diretos com questões de estudo da linguagem e do uso da língua viva em sociedade.

1.3 - A visão do *corpus* de pesquisa para a Linguística da Enunciação

Émile Benveniste, teórico que, apesar de considerar fielmente o estruturalismo saussuriano, dedica-se as manifestações da língua nas instâncias do discurso, sem desconsiderar as pontuações de Saussure sobre o sistema combinatório de signos. O linguista sírio atesta a presença, na língua, do sujeito delimitado linguisticamente, por meio de evidências (pistas) encontradas única e exclusivamente, na enunciação.

Embasaremos a análise a partir das leituras dos Capítulos, da obra, PLG I, sendo eles: “A natureza dos pronomes” e “Da subjetividade na Linguagem”, porque apresenta uma visão diferenciada acerca do estudo dos pronomes. Além disso, utilizaremos das discussões de sentido para *rex* encontradas nos capítulos “*Rex*”, “*Xsav* - e a realeza iraniana” e “A realeza helênica”, estudos retirados das páginas iniciais do *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1995). A justificativa está em fornecer aparato teórico para efetuarmos a análise objetivando recuperar, por intermédio das marcas subjetivas na enunciação, os sentidos revividos pelos sujeitos no discurso e investigar a respeito da construção do significado que o signo “rei” adquire nas enunciações de dois sujeitos distintos.

1.3.1. – Reflexões enunciativas a respeito das categorias de pessoa *ewtu* e das marcas de subjetividade

De acordo com Benveniste (1995), os pronomes são categorias de palavras existentes em todas as línguas.

Ora, todas as línguas possuem pronomes e, em todas, eles se definem como referindo-se às mesmas categorias de expressão (pronomes pessoais, demonstrativos, etc.) A universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, ou melhor, que só é um problema de línguas por ser, em primeiro lugar, um problema de linguagem. É como fato de linguagem que o apresentaremos aqui [...] (BENVENISTE, 1995, p. 277)

A gramática normativa apresenta-nos as categorias de palavras de uma forma estática desprovida das análises que partem da noção de pessoalidade. Estes são vistos como formadores de “uma mesma classe, formal e funcionalmente” (BENVENISTE, 1995, p. 277). Ou seja, como formas pertencentes à determinada classificação pré-estabelecida na qual sua utilização restringe-se a apenas uma, porém, ao analisar essa categoria, percebemos que,

dentro da linguagem, eles “não constituem uma classe unitária, mas espécies diferentes segundo o modo de linguagem do qual são signos” (BENVENISTE, 1995, p. 277), podendo pertencer à sintaxe da língua ou às “instâncias do discurso”, que, de acordo com o já citado autor, são “atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (BENVENISTE, 1995, p. 277).

Ao iniciar a abordagem direta aos pronomes, Benveniste (1995) define *eu* como sendo “o indivíduo que enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística *eu*” (BENVENISTE, 1995, p.279) e afirma que a realidade de utilização do *eu* só é definida por intermédio da locução.

Qual é, portanto, a “realidade” à qual se refere *eu* ou *tu*? Unicamente uma “realidade de discurso”, que é coisa muito singular. *Eu* só pode definir-se em termos de “locução”, não em termos de objetos, como um signo nominal. *Eu* significa “a pessoa que enuncia a presente instância de discurso *eu*”. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade (BENVENISTE, 1995, p. 278).

Assim, nas palavras do linguista, “*eu* só pode ser identificado pela instância de discurso que o contém e somente por aí”, ou seja, “não tem valor a não ser na instância na qual é produzido” (BENVENISTE, 1995, p. 279).

O signo *eu*, assim como todos os outros integrantes sistêmicos da linguagem, é um signo vazio, preso a sua forma dicionarizada, que se torna pleno “assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso” (BENVENISTE, 1995, p. 280), ou seja, no ato da fala, atualizando-se a cada utilização. A cada atualização, ou repetição, deparamo-nos com *eus* diferentes, cada um com um novo sentido pois, nas palavras do teórico da enunciação, “cada EU tem sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal.” (BENVENISTE, 1995, p.278)

Dentro do estudo sobre pronomes, O linguista da enunciação, para tratar de pessoalidade, “separa o ‘eu/tu’ – em que existe uma concomitância entre pessoa implicada e o discurso sobre ela – do “ele” – privado da característica de pessoa e evidenciado como forma verbal para indicar a não pessoa” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.32), assim evidencia que *eu* e *tu*, pertencem a categoria de pessoa e *ele* a categoria de não-pessoa.

Disso conclui-se que, com Benveniste, a categoria de pessoa adquire outro estatuto, porque não basta defini-la em termos de presença/ausência do traço de pessoalidade, mas é necessário concebê-la em termos de subjetividade. O “eu” é pessoa subjetiva; “tu” é apenas pessoas; “poder-se-á, então, definir o *tu* como a pessoa não subjetiva, em face da pessoa subjetiva que *eu* representa; e essas duas ‘pessoas’ se oporão juntas à forma de ‘não pessoa’.” (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.32)

Juntamente com a categoria de pessoa há, também, as categorias de tempo e espaço, respectivamente, *agora* e *aqui*. Benveniste evidencia a relação dessas categorias com o *eu* e define-os da seguinte forma: “*aqui* e *agora* delimitam a instância espacial e temporal coextensiva e contemporânea da presente instância de discurso que contém *eu*” (BENVENISTE, 1995, p. 279), ou seja, elas agregam sentido completo à enunciação, tornando o enunciado, compreensível. As categorias de tempo e espaço não se reduzem a apenas estes dois signos, “é acrescida de grandes números e termos simples ou complexos que procedem da mesma relação: *hoje, ontem, amanhã, em três dias*, etc.” (BENVENISTE, 1995, p. 279), todas com a mesma função: completar o sentido e facilitar a compreensão da enunciação.

No ato da enunciação, o *eu* instaura um *tu*, que só existe em função do *eu*. Essa instauração ocorre em um determinado local e em um determinado espaço de tempo. Assim, os elementos dêiticos – categorias de pessoa, espaço e tempo -, estabelecem essas relações. Essas categorias determinam a noção benvenistiana de subjetividade, que é intrínseca à linguagem. Benveniste define subjetividade como sendo “a capacidade do locutor se propor como sujeito” (BENVENISTE, 1995, p. 286), depreende-se, portanto, que esta subjetividade ocorre na prática da linguagem.

A linguagem é imprescindível para a constituição do sujeito na enunciação, pois é ela que institui o mesmo como tal, nas palavras do teórico: “é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*; porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de ‘ego’.” (BENVENISTE, 1998, p. 286). Essa consciência de si mesmo, fundamentada pela linguagem só existe por meio da reciprocidade, como o teórico afirma:

A consciência de si mesmo só é possível se experimentada por contraste. Eu não emprego *eu* a não ser dirigindo a alguém, que será na minha alocação um *tu*. Essa condição de diálogo é que é constitutiva da *pessoa*, pois implica em reciprocidade – que *eu* me torne um *tu* na alocação daquele que por sua vez se designa por *eu*. (BENVENISTE, 1995, p. 286)

Em um diálogo, como é o caso do *corpus* de pesquisa selecionado para a presente análise, o *eu* se dirige a um *tu*. Este *tu*, ao assumir a posição de *eu*, automaticamente transfere para o outro interlocutor o papel de *tu*. Verifica-se, por meio disso, que o *eu* existe apenas em função do *tu*, bem como o *tu* é designado a partir do *eu*.

A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como *sujeito*, remetendo a ele mesmo como *eu* no seu discurso. Por isso, *eu* propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco – ao qual digo *tu* e que me diz *tu*. (BENVENISTE, 1995, p. 286)

E é nesta ligação bilateral que se fundamenta a subjetividade, ou, nas palavras do teórico: “É numa realidade dialética que englobe os dois termos e os defina pela relação mútua que se descobre o fundamento linguístico da subjetividade” (BENVENISTE, 1995, p. 287).

A subjetividade é extremamente importante para a linguagem, pois é, a partir dela, que o falante e os atos de fala passam a desempenhar papel fundamental na construção da compreensão do enunciado. Benveniste fala sobre este conceito e afirma que a linguagem “é tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que nós nos perguntamos se, construída de outro modo, poderia ainda funcionar e chamar-se linguagem” (BENVENISTE, 1995, p. 287).

Para o teórico, não há um conceito único do signo *eu* quando enunciado e faz uma comparação com outro signo:

Não há conceito “eu” englobando todos os *eu* que se enunciam a todo instante na boca de todos os locutores, no sentido em que há um conceito de “árvore” ao qual se reduzem todos os empregos individuais de *árvore*. O “eu” não denomina pos nenhuma entidade lexical (BENVENISTE, 1995, p. 287)

Ao fazer uso da linguagem, toda vez que enunciamos o *eu*, tem um significado diferente, ou seja, a categoria de pessoa *eu* atualiza-se e caracteriza-se um *eu* diferente mesmo que seja dito pelo mesmo indivíduo e este “se refere ao ato de discurso individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor” (BENVENISTE, 1995, p. 288), portanto, *eu* e *tu* constituem-se *no* e *pelo* discurso e só podem ser identificados nas instâncias do discurso. Além do uso das categorias enunciativas há os conceitos de rei que, Émile Benveniste (1995, p. 9-23), aborda sob o olhar do estudo das línguas.

1.4 – A construção dos sentidos a partir dos usos das línguas e os processos de interlocução

O linguista oferece fundamentação teórica de base enunciativa e etimológica da palavra a partir do estudo das línguas indo-europeia. Há para o uso da palavra rei/*rex* distinções de significados e que tais diferenças são construídas no ato enunciativo. Benveniste ainda esclarece a respeito da origem e significação do termo indo-europeu “rex” e afirma que “quando se aborda essa noção de ‘rei’ em sua expressão lexical, impressiona constatar que o nome representado por *rex* aparece apenas nos dois extremos do mundo indo-europeu, não se mostrando na parte central” (BENVENISTE, 1995, p. 9).

Este termo sobrevive com termos referentes à religião e ao direito e liga-se diretamente à sociedade (BENVENISTE, 1995, p. 14).

Tal é o conceito de *sociedade*. No indo-europeu ocidental, ele é designado por um termo comum. Mas parece inexistir nos outros grupo. Na verdade, ele é expresso de maneira diferente. É reconhecido particularmente sob o nome de *reino*: os limites da sociedade coincidem com um certo poder, que é o poder do rei. Assim está posto o problema dos nomes do rei, problema que concerne ao estudo da sociedade e das divisões que a caracterizam, e ao mesmo tempo ao estudo das hierarquias que definem grupos no interior da sociedade. (BENVENISTE, 1995, p. 9)

De acordo com o teórico, a significação do termo indo-europeu *rex* é mais religiosa do que política e refere-se, diretamente, a definir o que é “reto” e não a comandar , como podemos ver no trecho:

Assim se desenha a noção de realeza indo-europeia. O *rex* indo-europeu é muito mais religioso do que político. Sua missão não é comandar, exercer um poder, e sim fixar regras, determinar o que é, em sentido próprio, “reto”. De forma que o *rex*, assim definido, está muito mais aparentado a um sacerdote do que a um soberano. É essa a realeza que conservaram os celtas e os itálicos, de um lado, e de outro os indianos. (BENVENISTE, 1995, p. 15)

No trecho, o teórico diz que o sentido de *rex* está mais próximo da função de um sacerdote do que de um soberano, visto que os ensinamentos acerca da retidão eram função do sacerdote, mas o termo agrega essa função ao *rex*. Este julgava o que reto e que não era, ou seja, diferenciava o certo do errado e, segundo o conceito de *rex*, nos povos indo-europeus, isso era delimitado pelo rei.

O rei possuía outra função e não apenas a definir acerca da retidão, segundo o conceito do termo indo-europeu *rex*:

Deve-se partir dessa noção totalmente material em sua origem mas pronta a se desenvolver no sentido moral, para entender a formação de *rex* e do verbo *regere*. Essa dupla noção está presente na importante expressão *regere fines*, ato religioso, ato preliminar da construção; *regere fines* significa literalmente “traçar em linhas retas”. É a operação executada pelo grande sacerdote para a construção de um templo ou de uma cidade, e que consiste em determinar o espaço consagrado no terreno. Operação cujo caráter mágico é evidente: trata-se de delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano, o território nacional e o território estrangeiro. Esse traçado é efetuado pela figura investida dos mais altos poderes, o *rex*. (BENVENISTE, 1995, p. 14)

Entende-se, portanto, que o conceito de *rex* no indo-europeu está mais ligado ao rei que toma decisões relacionadas à questão de estabelecer normas comportamentais e delimitação de território. Já o conceito persa de rei, *basileús*, nada tem em comum com o que

está em *rex* e “designa o soberano como aquele que está investido do poder real” (BENVENISTE, 1995, p. 17), ou seja, o poder transcende o que está em *rex*.

Sobre a expressão persa que designa rei, o linguista diz ser uma “expressão curiosa, que não significa ‘o rei entre os reis’, e sim ‘aquele que reina sobre os outros reis’” (BENVENISTE, 1995, p.19), daí a significação Rei dos reis. Um ser com transcendência mística que reina sobre os outros reis, ou seja, “uma supra-realeza, um realeza em segundo grau que se exerce sobre aqueles considerados como reis pelo resto do mundo” (BENVENISTE, 1995, p. 19).

Devido a esse conceito de “rei” do persa, surgiram três títulos designativos para o soberano. O primeiro surgiu dos gregos, que, apesar de ainda terem essa nomenclatura como novidade, acrescentaram o adjetivo “grande” para designar o rei da Pérsia, que significaria, assim, o Grande Rei. O segundo título era o de “Rei dos reis” que referia-se ao Senhor de um império que reúne todos os demais sob o seu domínio, colocando-o como o “soberano supremo”, que passa a ser aquele que reina sobre os outros reis. E, por fim, o título de “Rei dos países” que “estabele sua autoridade sobre as províncias”, como se todos os países estivessem debaixo de seu reinado e sob o seu comando.

De acordo com Benveniste (1995, p. 23), “Existem em grego dois nomes do rei”, o *basileús*, o qual já conceituamos, e o *wánaks*, que veremos a seguir. Segundo o teórico, apesar de compartilharem de uma mesma origem pois, segundo ele, ambos surgiram na Grécia, “esses dois termos não estão no mesmo plano, mas escapam igualmente a toda interpretação etimológica rigorosa; não tem correspondentes em outras línguas, e nem sequer é possível encontrar um parentesco, mesmo parcial, em grego” (BENVENISTE, 1995, p. 23), ou seja, suas significações são distintas e sem equivalentes nas demais línguas, dificultando sua tradução e, conseqüentemente, a compreensão.

Enquanto *basileús* designa o rei que reina sobre os demais reis, *wánaks* designa um rei com poderes supremos. O termo *wánaks* era um título usado para divindades, o portador desse título era considerado “o detentor do poder real, mesmo que não se possa definir a extensão de seu território” (BENVENISTE, 1995, p. 24-25).

O termo era usado para designar os deuses da mitologia, estes eram portadores do título *wánaks* que, de acordo com o teórico da enunciação, era utilizado para designar Apolo, como *wánaks* por excelência e a Zeus, para este era usado com menos frequência. (BENVENISTE, 1995, p. 25).

Outrossim, encontramos nas palavras de Benveniste (1995), a relação entre os dois termos gregos.

Seria interessante precisar a relação de sentido entre *basileús* e *wánaks*, pelo menos em seus traços mais importantes. Segundo Aristóteles, os irmãos e o filhos do rei usavam o título de *wánaks*. Assim, parece que a relação entre *basileús* e *wánaks* seria a mesma que existe entre “rei” e “príncipe”. Tão seria, então, a justificativa ao título *wánake*, concedido ao Dióscoros, (...) príncipes reais (BENVENISTE, 1995, p. 25)

A distinção entre os dois termos, portanto, nas palavras do teórico, segue assim: “*wánaks* designa a realidade do poder régio; *basileús* não passa de um título tradicional portado pelo chefe do *génos*, mas que não corresponde a uma soberania territorial” (BENVENISTE, 1995, p. 26) e, segundo o autor, não era necessário que em um mesmo território existisse apenas um *basileús*.

Podemos notar, assim, que a não equivalência de termos em diferentes línguas pode confundir a significação. Como vimos no item 1, “O *corpus* e a difícil seleção a partir da tradução”, que abrange as questões da tradução, uma vez que, uma língua não possua um termo equivalente ao citado no texto “original”, este passa a ser designado por um termo conceitualmente distinto. Isso acaba por não permitir que compreendamos a essência do enunciado. A compreensão dos conceitos dos termos traduzidos por “rei” é extremamente importante para a análise enunciativa do *corpus* de análise.

Para tanto, todas as áreas abordadas se relacionam para a construção da análise que virá a seguir. O estudo sobre a tradução nos leva ao *corpus* de pesquisa com a visão de equivalência de termos, ou seja, é necessária uma análise mais profunda para a compreensão da construção conceitual na enunciação devido à (in)existência de termos que preserve o significado do “original”, a Filosofia de Agamben (2014) apresenta-se como direcionamento para uma linha de análise distinta, pois enquanto o filósofo se detém nessa área, nós a realizaremos pelo viés da Linguística da Enunciação, centrando o nosso olhar sobre o sujeito e a construção do significado.

Após a apresentação do aparato teórico para fundamentarmos a pesquisa, o próximo item apresentará o recorte do *corpus* de análise e efetivará a análise dos atos enunciativos.

CAPÍTULO II

A instauração dos sujeitos no discurso e a construção de sentidos para *rei/rex* no diálogo entre Pilatos e Jesus

Após selecionarmos o *corpus* de pesquisa, iniciamos o trabalho de escolha do *corpus* de análise e decidimos nos ater aos recortes nos quais, Pilatos e Jesus, referem-se um ao outro, diretamente. As circunstâncias enunciativas que caracterizam o diálogo encontram-se nos versículos de 33 a 38 do capítulo 18 e de 9 a 11 do capítulo 19, no NT da Bíblia Sagrada, no Evangelho de João.

2.1 – O recorte escolhido para análise:

Benveniste (1995, p. 301-302) utiliza a sentença “circunstância enunciativa” para designar o ato enunciativo na situação na qual foi enunciado e afirma que fora dessas circunstâncias, esse enunciado não é mais nada. O teórico afirma que o ato enunciativo “só pode ser efetuado em circunstâncias particulares, uma vez e só uma, numa data e num lugar definidos” (BENVENISTE, 1995, p. 302). Portanto, nomearemos como “circunstância enunciativa” os recortes selecionados para a análise.

A circunstância enunciativa 1 (CE 1) consistirá no recorte que abrange os versículos 33 a 38 do capítulo 18:

33. Pilatos tornou a entrar no palácio, chamou Jesus e perguntou:

— **Você é o rei dos judeus?**

34. Jesus respondeu:

— Esta pergunta é do senhor mesmo ou foram outras pessoas que lhe disseram isso a meu respeito?

35. — Por acaso eu sou judeu? — disse Pilatos. — A sua própria gente e os chefes dos sacerdotes é que **o entregaram a mim. O que foi que você fez?**

36. Jesus respondeu:

— O meu Reino não é deste mundo! Se o meu Reino fosse deste mundo, os meus seguidores lutariam para não deixar que **eu fosse entregue aos líderes judeus**. Mas o fato é que **o meu Reino não é deste mundo!**

37. — Então você é **rei**? — perguntou Pilatos.

— É o senhor que está dizendo que eu sou rei! — respondeu Jesus. — Foi para falar da verdade que eu nasci e vim ao mundo. Quem está do lado da verdade ouve a minha voz.

38. — O que é a verdade? — perguntou Pilatos.

A circunstância enunciativa 2 (CE 2), será o trecho do capítulo 19 que compreende os versículos 9 a 11:

9. Entrou outra vez no palácio e perguntou a Jesus:

— De onde você é?

Mas Jesus não respondeu nada.

10. Então Pilatos disse:

— Você não quer falar comigo? Lembre que eu tenho **autoridade tanto para soltá-lo como para mandar crucificá-lo.**

11. Jesus respondeu:

— **O senhor só tem autoridade sobre mim porque ela lhe foi dada por Deus. Por isso aquele que me entregou ao senhor é culpado de um pecado maior.**

A análise das circunstâncias enunciativas selecionadas será realizada com base nos conceitos teóricos enumerados até o presente momento, a saber, o direcionamento de Émile Benveniste, no PLG, nos capítulos “A natureza dos pronomes”, “Da subjetividade na língua” e nos capítulos “Rex”, “Xsay - e a realeza iraniana” e “A realeza helênica” do livro *O vocabulário das instituições indo-europeias* (1995).

A divisão para a análise será por atos enunciativos que consistirão em cada enunciação de ambos os locutores.

2.2 - A instauração do “eu” e do “tu”: a instauração dos lugares enunciativos no discurso entre Pilatos e Jesus.

De acordo com a teoria enunciativa de Benveniste (1995, p. 287), cada vez que se instaura um *eu* no discurso ele assume um novo significado, pois *eu* não possui um conceito comum que designa todos os *eus*. No diálogo, como é o caso do *corpus* de análise, a característica enunciativa primordial é a alternância dos enunciadores. Há uma enunciação, dita por um determinado *eu*, que, para ser respondida, exige que o alocutário assumira a posição de primeira pessoa, enunciador da instância do discurso *eu*, instaurando um novo *tu* a cada enunciação.

A primeira circunstância enunciativa relata o início do diálogo entre Pilatos e Jesus. Após receber o réu e ouvir os acusadores, pela primeira vez Pilatos se dirige ao Mestre e instaura o primeiro *eu* no diálogo, referindo-se ao *tu* constituído por Jesus.

Pilatos apropria-se do *eu* ao enunciar direcionando-se a Jesus, que alterna esse papel ao responder o questionamento de Pilatos, assim, instaura o *tu* naquele que outrora enunciou. O *eu*, que antes era signo vazio, dado lexical, cada vez que posto em exercício na língua adquire características próprias e únicas, exercendo a cada enunciação o papel de uma nova pessoa.

Assim, em toda a língua e a todo o momento, aquele que fala se apropria desse eu, este eu que, no inventário das formas da língua, não é senão um dado lexical semelhante a qualquer outro, mas que, posto em ação no discurso, aí introduz a presença da pessoa sem a qual nenhuma linguagem é possível. Desde que o pronome eu aparece num enunciado, evocando explicitamente ou não - o pronome tu para se opor conjuntamente a ele uma experiência humana se instaura de novo e revela o instrumento linguístico que a funda. (BENVENISTE, 1989, p. 68-69)

O arguidor inicia o diálogo, na CE 1, com a pergunta “Você é o rei dos judeus?” que derivou das informações dadas pelos acusadores. Pilatos apresenta um *eu* que almeja, com a pergunta, que o Mestre se declare culpado pelo crime de lesa-majestade, ato sedicioso, o que justificaria as acusações dos hebreus que ansiavam pela morte do réu. Os judeus estavam sob o reinado de César, portanto, se Jesus autodeclarasse o rei deles estaria colocando em risco e indo contra o governo do imperador. A resposta esperada poderia ser direta afirmando ou negando sua realeza, mas não foi essa a resposta que Pilatos ouviu.

O ato enunciativo subsequente é enunciado por Jesus, que ao assumir a fala assume também o *status* de enunciador da instância do discurso, na primeira pessoa, ou seja, o *eu*. A resposta de Jesus aparece, também, na configuração de uma pergunta e evoca a terceira pessoa, como vemos no trecho “ou foram as outras pessoas que lhe disseram isso a meu respeito?”. O verbo “dizer”, conjugado na terceira pessoa do plural, evidencia a presença da não pessoa no enunciado. O mestre (pessoa subjetiva - *eu*) questiona se essa pergunta foi feita por Pilatos (*tu* – pessoa não subjetiva) ou se ele se baseia nas palavras dos hebreus (*eles* – não pessoa). Sendo assim, constata-se que na enunciação há sempre um *eu*, dirigindo-se a um *tu*, acerca da não pessoa, a saber, o *ele*.

Ao assumir novamente o *eu* na enunciação, Pilatos enuncia outro questionamento no qual é evidente a primeira pessoa, ele diz “por acaso eu sou judeu?”. Com este questionamento de resposta óbvia, o procurador afirma que, por não ser judeu, nada tem a ver com os assuntos a eles relacionados e refere-se, explicitamente, assim como Jesus, a não pessoa no diálogo. Há, nesse ato um enunciativo, um verbo também conjugado na terceira pessoa do plural, evidenciando que todas as adversidades constituídas nessa circunstância enunciativa são causadas pela influência da não pessoa, pois eles são mencionados recorrentemente.

No mesmo ato enunciativo, o representante do poder romano inicia de fato o interrogatório com a pergunta “O que foi que você fez?”. As atitudes de Jesus que o levaram a um julgamento romano mesmo sendo judeu, deveriam ser reveladas para que Pilatos, agora investido do poder de juiz, decidisse o seu destino.

Jesus instaura-se no discurso através do *eu*, responde o questionamento alegando que seu reino não é deste mundo, subjetivamente afirma-se como Rei, mas de um reino que não é terreno. O Mestre, com o pronome possessivo “meus” e o sujeito “seguidores”, novamente evoca a não pessoa, que não participa do ato enunciativo, apenas é mencionada no diálogo. Encerra esse ato afirmando, mais uma vez, que o Seu Reino não é deste mundo.

Declarando possuir um reino, mas afirmando que o mesmo não é deste mundo, Jesus inocenta-se do crime direto contra o reinado de César, mas essa declaração aparentemente confunde o juiz que faz uma pergunta mais direta, assumindo o *eu* e instaurando um *tu* evidente, “Então you é rei?”. Essa pergunta deriva da enunciação anterior na qual Jesus diz “meu reino não é deste mundo”, para não ser desse mundo, ele precisa possuir um reino, subentendo assim, que seja rei.

O juiz deseja compreender de que reino o acusado fala. Jesus fala de um reino transcendente que muito se afasta da compreensão de Pilatos e passa a deixá-lo, aparentemente confuso.

Mais uma vez, há alternância do *eu* e Jesus assume-o no ato seguinte para responder o questionamento do juiz. O réu responde direcionando-se à enunciação anterior de Pilatos, “É o senhor que está dizendo que eu sou rei” e referindo-se à “verdade” da qual afirma ser testemunha. Encerra esse ato enunciativo dizendo que quem está ao lado da verdade ouve sua voz.

Pilatos anseia entender sobre o que Jesus fala, tanto em relação ao reino que não é deste mundo, quanto a referida verdade. A última pergunta da CE 1 é feita pelo juiz que assume a posição de locutor, retoma o *eu* e passa a referir-se ao *tu*, outra vez constituído pelo Mestre.

A pergunta “o que é a verdade?” que o *eu* Pilatos dirige ao *tu* Jesus, demonstra esse interesse em conhecer a verdade, não a geral, mas especificamente a verdade sobre qual Jesus enunciava. Ao terminar essa pergunta, o juiz afasta-se do réu e dirige-se à população dizendo não encontrar culpa no acusado, mas o povo estava irredutível. Pilatos retorna à presença de Jesus e continua o interrogatório, procedimento dos julgamentos. Ele questiona a origem de Jesus com a pergunta “de onde você é?”. Jesus se cala. O juiz continua com a posse do *eu* e enuncia novamente uma pergunta, “você não quer falar comigo?” e prossegue: “Lembre-se que eu tenho autoridade tanto para soltá-lo como para mandar crucificá-lo”. Nesse ato enunciativo, Pilatos deixa transparecer ainda mais o desejo de conhecer sobre Jesus, de saber mais sobre o que aquele homem tinha feito para merecer o ódio do seu povo mesmo aparentando ser inocente.

O último ato enunciativo do *corpus* de análise é proferido pelo Mestre, que, dirigindo-se ao *tu Pilatos*, no primeiro período diz: “O senhor só tem autoridade sobre mim porque ela lhe foi dada por Deus”. O *eu* Jesus evoca a não pessoa que, nesse ato enunciativo, não são os hebreus, mas Deus, portanto essa é a primeira referência no diálogo a uma não pessoa não constituída pelo povo, temos aqui outro *ele*, Deus. No segundo período do mesmo ato, ao enunciar a frase “Por isso aquele que me entregou ao senhor é culpado de um pecado maior” enunciada por Jesus, a não pessoa é representada pelo pronome demonstrativo “aquele”, mas, como a cada circunstância enunciativa se atualizam as pessoas, este termo designa um ele não mais direcionado a Deus, mas novamente referindo-se aos hebreus. O réu os acusa de entregarem-no para ser condenado mesmo sabendo de sua inocência e ameniza a culpa de Pilatos com relação a sua possível morte que até o momento não estava decidida.

Além da instauração do *eu* e do *tu* no diálogo, é bastante interessante nos atentarmos aos atos enunciativos que apresentam o termo “rei” no *corpus* de análise, pois, essas referências parecem confusas. Por isso, o próximo item se dedica a analisar o conceito de “rei” de acordo com as abordagens acerca das línguas indo-europeias proposta por Benveniste (1995).

2.3 - O valor de “rex” na interlocução dos sujeitos e a construção dos sentidos

As questões sobre tradução são bastante relativas. Existem termos em outras línguas para os quais não há uma tradução equivalente, sendo necessário que o tradutor busque algo próximo a seu significado no seu léxico para proporcionar a compreensão do leitor. Além dos problemas de equivalência na tradução, há também o problema de diferenças conceituais, no qual um termo pode possuir um conceito diferente a cada vez que for enunciado nas instâncias do discurso. No diálogo entre Pilatos e Jesus encontramos essa diferença conceitual na utilização do termo “rei”. Enquanto o juiz atribui um valor ao mesmo, o réu enuncia com um valor diferente, ambos utilizando a mesma terminologia.

No primeiro ato enunciativo de Pilatos encontramos a pergunta “você é o rei dos judeus?”. Nesse ato, ele enuncia com o conceito do *rex* indo-europeu, um *rex* mais religioso do que político, sobre o qual Benveniste (1995, p. 14) fala que tem como missão “fixar regras, determinar o que é, em sentido próprio, reto” e “delimitar o interior e o exterior, o reino do sagrado e o reino do profano, o território nacional e o território estrangeiro. Esse traçado é efetuado pela figura investida dos mais altos poderes, o *rex*” (BENVENISTE, 1995, p. 14).

Esse era o poder de César, definir o certo e errado e a delimitação territorial do reino submetido a seu poderio.

É com esse conceito que Pilatos emprega o termo “rei” em seu ato enunciativo, evocando o sentido de alguém que tinha autoridade para traçar o local ocupado pelas cidades e determinar as regras do direito, portanto, Pilatos questiona sobre Jesus ser um rei que ameaçaria o reinado de César para assim puni-lo conforme os membros do sinédrio exigiam que ele fizesse.

Jesus responde utilizando o conceito, não do *rex* indo-europeu, mas por um termo persa que não compartilha o mesmo conceito. No persa, o termo traduzido por “rei” equivale a uma supra-realeza, aquele que reina sobre os demais reis e seus reinos e com essa significação que Jesus enuncia.

O reino que Jesus possui, que ele afirma não ser deste mundo equivale a esse conceito, o de ser um reino acima dos demais, que abrange todos os reinos da terra. Sendo assim ele se coloca como o Rei dos reis, aquele que reina sobre os reis e não como reinado *rex* de César, que possui um governo limitado à extensão territorial de seu reino.

As conceituações da palavra “rei” nos processos interlocutivos entre os sujeitos evidenciam duas autoridades distintas, com reinos distintos, se confrontando sem chegar a um consenso. A participação de Pilatos no diálogo e o conhecimento sobre o caráter e a possível inocência de Jesus, impossibilitou o governador de emitir uma condenação. Sobre isso Agamben (2014, p. 66) diz:

O cruzamento entre o temporal e o eterno assumiu a forma de um processo, mas de um processo que não se conclui com um julgamento. Jesus, cujo reino não é deste mundo, aceitou submeter-se ao julgamento de um juiz, enquanto Pilatos recusa-se a julgá-lo. O debate – se tratou de um debate – durou seis horas, mas o juiz, ao final, não pronunciou sua sentença, simplesmente “entregou” o acusado ao sinédrio e aos carrascos.

Vemos aqui, Pilatos como autoridade do reino terreno munido do poder de decidir o destino da autoridade de um reino eterno que não é deste mundo e, com base nas pistas em seus atos enunciativos, julgava-se incapaz de proferir a sentença e o entrega para que os membros do sinédrio executem sua vontade.

Assim o Rei dos reis submete-se ao julgamento da autoridade de um reino local que estava investida do poder para tal, essa autoridade local, ciente de sua incapacidade para concluir aquele processo e emitir o veredicto final, exime-se dessa responsabilidade atendendo ao pedido dos hebreus e entregando Jesus Cristo à crucificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, podemos perceber, por intermédio da análise enunciativa, a construção da subjetividade na instauração do *eu* no discurso, nas marcas de língua e nas alternâncias entre *eu/tu*. Essas características são imprescindíveis para a construção do diálogo, uma vez que é nas apropriações do *eu* que a subjetividade se constrói e a enunciado adquire significação.

A análise fez-nos pensar o sujeito de cada ato enunciativo de acordo com a situação de enunciação e nos permitiu uma avaliação da linguagem em uma circunstância enunciativa bastante conhecida, a cena do “juízo de Cristo”, porém que não recebe a atenção e o estudo devidos, no que diz respeito ao sentido da palavra “rei/*rex*”.

As argumentações presentes nos atos enunciativos, ora de Jesus, ora de Pilatos demonstram a aceitação do “juízo” por parte de Jesus e a impossibilidade do juiz de emitir um veredicto final, autorizando a “entrega” de Cristo para que os hebreus executem o seu intento.

Outro fator determinante para a compreensão do *corpus* de análise foi a compreensão da construção do significado de “rei/*rex*” no diálogo. Por intermédio da análise do conceito de “rei/*rex*”, ficou evidente como a construção do valor influencia na compreensão do significado da enunciação. Um mesmo termo adquire valores divergentes, visto que, de acordo com a teoria enunciativa, o sentido das palavras se constrói nas instâncias do discurso. Sentidos esses que só são vistos a partir de uma análise mais profunda e necessária, pois somente assim é possível depreender o que a enunciação realmente diz. A exemplo do *corpus* de análise, temos a construção de sentido de “rei” que possui um valor para Pilatos e outro para Jesus.

Constatamos, assim, por intermédio da análise da categoria de pessoa, dois sujeitos emergindo no diálogo, o primeiro está investido do poder terreno para decidir o destino do segundo que, por sua vez, é o detentor do poder celeste e se submete ao poder de decisão do primeiro. A análise da construção do significado de rei/*rex* afirma essa constatação, pois com ela verificamos um reino superior com poderio ilimitado, que abrange todos os demais reinos, se sujeitando à decisão de um reino local, com poder limitado.

Com a construção do presente Trabalho de Conclusão de Curso, ficou evidente a importância de nos atentarmos para as marcas subjetivas deixadas em enunciações escritas,

pois é a partir dela que obtemos a verdadeira compreensão de sentido do texto. Concluimos a presente pesquisa ansiando pela oportunidade de dar prosseguimento nas leituras teóricas e nas análises futuras elucidando e desmistificando os textos bíblicos pelo viés da Linguística da Enunciação e das demais áreas, entre elas, a Filosofia e os estudos do Vocabulário das Instituições Indo-europeias.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Pilatos e Jesus*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.
- ARROJO, Rosemary. *Tradução, Desconstrução e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago Ed. (Biblioteca Pierre Menard), 1993
- BENVENISTE, Émile. *O vocabulário das instituições indo-européias: Poder, Direito, Religião*. Vol. 2. Tradução: Denise Bottman. Campinas, SP: Unicamp, 1995.
- _____. Emile. 1958. *Da subjetividade na linguagem*. In: _____. Problemas de linguística geral I. Campinas, SP: Pontes, 1995a, p. 284-293.
- _____. 1966. *A natureza dos pronomes*. In: _____. Problemas de linguística geral I. Campinas, SP: Pontes, 1995b, p. 277-283.
- DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Tradução de Junia Barreto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- FLORES, Valdir do Nascimento. TEIXEIRA, Marlene. *Introdução à Lingüística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2005.
- RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Trad. LAVELLE, Patrícia. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2004.